

ACESSIBILIDADE URBANA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: OBSERVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ACARAPE

Millena Bessa Lima¹

Pedro Rosas Magrini²

RESUMO

Esse artigo analisou acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência no município de Acarape do Estado do Ceará no Brasil, mostrando os desafios enfrentados por essas pessoas quando utilizam o espaço público. Essa pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, observação por meio de caminhadas na cidade e coleta de informações através de questionário com 19 participantes, dos quais 78,9% (15 pessoas) se identificaram como do gênero feminino e 21,1% (4 pessoas) como do gênero masculino. Os resultados apontam que existem diversas barreiras na estrutura, calçadas irregulares, ausência de rampa, falta de piso tátil e sinalização adequada revelando a desconformidade com as normas que definem padrões de acessibilidade, NBR 9050:2020. Ao analisar as experiências dos moradores da cidade de Acarape, reforça a insuficiência de políticas públicas voltadas para a inclusão e a falta de conscientização da sociedade sobre esse tema. O estudo conclui que acessibilidade ela deve ser entendida como um direito fundamental, e um compromisso entre a sociedade e o poder público, que mostra ser essencial para a construção de uma cidade justa, inclusiva e igualitária.

Palavras-chave: Acessibilidade urbana. Inclusão social. Pessoas com deficiência. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article analyzed urban accessibility for people with disabilities in the municipality of Acarape, in the state of Ceará, Brazil, showing the challenges faced by these people when using public spaces. This qualitative and descriptive research was conducted through a bibliographic review, observation through walks in the city, and collection of information through a questionnaire with 19 participants, of which 78.9% (15 people) identified as female and 21.1% (4 people) as male. The results indicate that there are several barriers in the structure, uneven sidewalks, lack of ramps, lack of tactile flooring, and adequate signage, revealing non-compliance with the standards that define accessibility standards, NBR 9050:2020. When analyzing the experiences of the residents of the city of Acarape, it reinforces the insufficiency of public policies aimed at inclusion and the lack of awareness of society on this topic. The study concludes that accessibility must be understood as a fundamental right, and a commitment between society and public authorities, which proves to be essential for the construction of a fair, inclusive and egalitarian city.

Keywords: Urban accessibility. Social inclusion. People with disabilities. Public policies.

¹ Discente do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da lusofonia afro-brasileira-UNILAB

² Orientador Prof. Dr. em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC) e docente no curso de Administração Pública e Serviço Social da Universidade da Integração Internacional da lusofonia afro (UNILAB)

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, vários desafios ainda são enfrentados pela sociedade, e um deles é a falta de acessibilidade urbana, principalmente para as pessoas com deficiência. É necessário que a acessibilidade urbana seja um dos elementos principais na vida das pessoas com deficiência, pois garante a inclusão social e igualdade de oportunidade. Todas as pessoas, independentes das suas limitações, têm o direito à vida, direito a acesso aos ambientes adaptados de acordo com suas necessidades. No Brasil, a Constituição de 1988, a lei de n.º 10.098/2000, diz que acessibilidade é um direito fundamental das pessoas (Brasil, 1988; Brasil, 2000). Isso significa que todas as pessoas têm condições dignas de se mover e usar os espaços urbanos. Porém, a realidade é diferente do que as leis asseguram, existem muitas barreiras como falta de estrutura adequada, calçadas irregulares, falta de rampas de acesso e os transportes que não são adequados. A falta de acessibilidade causa um forte impacto na vida das pessoas com deficiência.

O conceito de acessibilidade urbana envolve vários aspectos, e um desses elementos são a adaptações dos espaços físicos, porém eles se caracterizam pela importância das garantias dos direitos humanos, inclusão social e do respeito à diversidade. Cidade acessível é aquela que acolhe todos os cidadãos oferecendo segurança, transportes, serviços públicos prestados e mobilidade urbana. Segundo Nunes e Silva (2020) a acessibilidade é um direito fundamental e sua ausência configura uma das maiores violências contra a dignidade humana. É importante destacar que as políticas públicas sejam eficazes e promovam acessibilidade, e respeito a dignidade humana, a sociedade como parte principal possa agir como fiscalizadora, que conscientize a importância da necessidade de tornar os espaços urbanos mais inclusivos, onde todos os cidadãos sem exceção participem da vida social. Nesse contexto, a cidade de Acarape mostra que é uma pesquisa importante, pois os desafios enfrentados, demonstra também a realidade de outras cidades no Brasil. A partir dessa análise, espera-se que a conclusão obtida neste estudo contribua com a melhoria da acessibilidade urbana de Acarape, incentivando e refletindo com as ações da gestão pública relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência nesses espaços.

As questões que orientam esse estudo são: Quais são os principais obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência na cidade de Acarape em relação à mobilidade urbana? E qual a oportunidade melhorar a inclusão e a qualidade de vida dessas pessoas?. Essas questões problema se baseiam na verificação de que, embora existam políticas públicas

voltadas para a inclusão, muitos espaços urbanos ainda não conseguem atender as necessidades dessas pessoas.

Assim, o presente artigo tem como objetivo observar os impactos da falta de acessibilidade da vida dessas pessoas com deficiência, e a importância das políticas públicas voltadas para a acessibilidade no município de Acarape, buscando por sugestões que possam tornar esses espaços e serviços mais acessíveis para essa comunidade. Essa pesquisa torna-se importante para que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham os seus direitos atendidos. Assim os locais possam ser adequados, para que os cidadãos convivam juntos e tenham as suas necessidades atendidas. A pesquisa também buscará sugerir soluções que possam melhorar a infraestrutura local de forma que a cidade se torne mais inclusiva e acessível para todos os cidadãos.

A justificativa para realizar as etapas desse trabalho tem a finalidade de discutir e entender como a cidade de Acarape pode avançar na implementação de soluções de acessibilidade, embora a cidade já tenha avançado nas implementações de soluções de acessibilidade. Essa abordagem de tema é importante para o curso de administração pública, pois dentro desse tema é possível pensar sobre as políticas públicas eficazes voltadas para a inclusão, com o foco de melhorar a cidade e facilitar a vida de todos os cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento de uma cidade inclusiva e acessível a todos.

A pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de estratégias de gestão pública voltadas à acessibilidade e inclusão social. A falta de estudos sobre a acessibilidade urbana em Acarape dificulta a eficácia das políticas públicas na área. Este estudo busca conscientizar a sociedade e os gestores sobre a importância de uma cidade inclusiva, garantindo igualdade em mobilidade e participação cidadã.

METODOLOGIA

Para que os objetivos propostos sejam alcançados, a pesquisa foi adotada por uma abordagem qualitativa, de natureza básica. O principal propósito foi gerar conhecimento e contribuir para a melhoria de teorias científicas já existentes, como foco a realidade local. A metodologia adotada segue como explica, Sampieri, Collado e Lucio(2013), que apontam que a pesquisa qualitativa busca identificar padrões, características e relações dentro de uma população, permitindo um conhecimento aprofundado de contextos específicos.

A fundamentação teórica foi construída a partir de uma revisão bibliográfica baseada em análise de livros e artigos científicos, com fontes de busca no repositório da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), materiais digitais, disponibilizados no *site* da universidade, bem como aos *sites* SCIELO, e Google acadêmico. As fontes foram baseadas conforme a relevância do tema para o entendimento da temática estudada.

Além da revisão bibliográfica, foi conduzida uma pesquisa de campo no município de Acarape-CE. Nessa etapa dois métodos principais foram utilizados: a caminhada transversal e a aplicação de questionários.

A caminhada transversal (urbana), foi um método de observação que analisou os aspectos de acessibilidade urbana. Segundo Cazumba (2024), a caminhada urbana pode ser utilizada como meio para analisar os espaços urbanos, sendo que o principal foco é a acessibilidade, a qual se inicia pela observação direta e pelo uso das tecnologias. Os espaços escolhidos foram baseados na relevância social para a circulação cotidiana da população, como praças, calçadas, vias públicas e prédios públicos. As caminhadas foram realizadas em dias úteis em períodos manhã e tarde com bastante movimento. Diante desses percursos foram registrados os principais obstáculos como, condições estruturais dos espaços em relação à acessibilidade, onde deu para descrever as principais dificuldades.

O objetivo da aplicação dos questionários (Apêndice A) foram auxiliar as observações feitas na caminhada transversal (urbana) e obter os dados diretamente da população. O questionário foi elaborado com 20 perguntas, sendo essas do tipo abertas e fechadas. Critério principal para participação foi residir no município de Acarape. Focando nas observações dos moradores sobre a acessibilidade urbana e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. A amostra foi composta por 19 participantes, que tinham algum tipo de vínculo com a pesquisadora (amigos, conhecidos ou parentes). O questionário foi disponibilizado pelo Google Forms e enviado por meios digitais, como WhatsApp, Instagram e e-mail. A escolha dessa forma de aplicação se deu pela facilidade de acesso aos participantes e pela limitação de tempo e recursos para entrevistas presenciais. Esse método também permitiu alcançar um número maior de respondentes em um curto espaço de tempo. O período de aplicação foi entre os meses de fevereiro e abril de 2025, com tempo médio de resposta de cinco dias após o envio.

Durante a aplicação do questionário, a pesquisadora acompanhou o envio do questionário, sugiram alguns obstáculos, como a falta de respostas de alguns participantes, a necessidade de reenvio do questionário para atingir um número suficiente de respostas para amostra. Ainda assim, os dados coletados foram suficientes para fundamentar a análise.

A análise dos dados seguiu em uma abordagem qualitativa, com base na técnica de análise descritiva. As respostas obtidas e as observações realizadas durante a caminhada transversal foram explicadas a partir da identificação de recorrências, que contribuíram na construção de uma análise crítica sobre a realidade da acessibilidade urbana local. Esses dados também fundamentam na proposta de possíveis melhorias para diminuir os impactos negativos na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo estabelecer referências teóricas sobre temas essenciais para a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços urbanos de Acarape. Esse referencial teórico tem como objetivo trazer versões de conceitos importantes sobre a acessibilidade urbana.

Além disso, apresentaremos as legislações e direitos das pessoas com deficiência no Brasil, as principais normas de acessibilidade em espaços públicos, como tópicos principais para participação cidadã na sociedade. A partir dessa base teórica, será possível compreender os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no município de Acarape, propondo soluções eficazes e justificadas ao estudo.

Conceito de Deficiência

O conceito de deficiência ao longo dos anos tem passado por transformações significantes, mudando a maneira de compreender e dando importância às formas mais abrangentes e inclusivas das pessoas com deficiência. Em tempos passados em algumas culturas as pessoas com algum tipo de deficiência eram consideradas castigo do divino e motivo de vergonha para as famílias (Politize, 2023). A visão médica sobre a deficiência buscava soluções como reabilitação, focava apenas nas suas limitações. Piccolo e Mendes (2022) mostram que em abordagens atuais muda a compreensão de deficiência, atribuindo maior responsabilidade à sociedade pelas limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência, que influencia na qualidade de vida.

Nôga e Kovács (2022) ressaltam que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência trouxe uma mudança significativa na forma como a deficiência é compreendida. Esse modelo considera que a deficiência não é uma característica exclusiva da

pessoa, mas surge da relação em meio a suas condições de saúde e as barreiras existentes no ambiente, que dificultam sua participação na sociedade.

Botelho e Lenzi (2024) observaram que anos atrás a deficiência era vista apenas como uma anormalidade do corpo em relação ao padrão considerado normal. O avanço social fez essa visão ser mudada, passou a ser entendida como uma questão social e de responsabilidade coletiva. As principais barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência são as limitações dos ambientes, e discriminação da sociedade, conhecida como capacitismo.

O termo capacitismo faz referência a discriminação e o preconceito contra as pessoas com deficiência, baseado na ideia de que pessoas com corpos diferentes não se encaixam nos padrões normais impostos pela sociedade. Dias, Moreira e Silva (2023) afirmam que o capacitismo se apresenta em duas dimensões e é ligado a discriminação vivida pelas pessoas com deficiência, e por uma estrutura social que privilegia corpos normais. Essa ligação faz com que se molde uma barreira que dificulta a inclusão social.

Por tanto, o termo capacitismo tem ganhado destaque nas discussões no Brasil recentemente. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil (2024) lançou uma campanha com o nome “Estou Aqui”, com o propósito de conscientização da sociedade sobre o capacitismo e promover a inclusão social, destacando a importância de valorizar, e reconhecer seus direitos.

Na realidade é entendido que a deficiência não é apenas uma questão individual, é um fenômeno que afeta toda a sociedade. Hoje já existe outro olhar, como os espaços estão se adaptando ao longo do tempo, mostra uma parcela dos direitos das pessoas com deficiência sendo feitos. Porém, a verdadeira inclusão acontece quando as barreiras sociais, culturais e ambientais são retiradas, permitindo que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades e direitos que as pessoas sem deficiência.

Conceito de Acessibilidade Urbana

O conceito de acessibilidade urbana se relaciona a um conjunto de características que sugere solucionar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, independente das suas limitações elas possam se deslocar nos espaços públicos de forma segura e digna (Ministério das Cidades, 2023). Esse conceito se relaciona ao conceito do planejamento urbano inclusivo, um ambiente acessível facilita a vida das pessoas e a ausência de acessibilidade resulta em exclusão social. Instituto de Transportes e Desenvolvimento para Cidades (ITDP Brasil) (2023).

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a acessibilidade é caracterizada como direito humano importante onde pessoas com deficiência participam da sociedade de maneira igualitária. Segundo o Ministério das Cidades (2023) a acessibilidade urbana garante que os espaços públicos, prédios e transportes públicos fiquem disponíveis e sejam utilizados por qualquer pessoa e que seja de fácil acesso com a promoção da inclusão social e a igualdade de oportunidade entre as pessoas. Essas medidas devem ser incluídas em todos os projetos urbanos, como na arquitetura e no desenho dos espaços que forem desenvolvidos ao longo dos anos.

Acessibilidade é um dos princípios fundamentais na garantia do direito e participação de todas as pessoas na sociedade. De acordo com Alves et al. (2023), a falta de acessibilidade nas cidades e as barreiras encontradas afeta negativamente na qualidade de vida dos cidadãos, uma cidade acessível é uma cidade que tem como princípio da igualdade social, uma cidade inacessível é uma cidade que limita as pessoas, até mesmo excluindo da sociedade.

De fato, ainda existem muitas barreiras que devem ser eliminadas, para que todas as pessoas possam transitar de forma independente e livre. Segundo Silva, Pereira e Costa (2023), as barreiras ambientais podem ser naturais ou feitas pelo homem, como árvores e postes em áreas apertadas, podem dificultar a locomoção, prejudicando a segurança e o conforto na circulação. A inclusão nos espaços públicos é uma questão de compromisso com a sociedade, assim garante ambientes acessíveis e acolhedores, e respeitosos ao bem-estar de todas as pessoas.

A importância da relação da acessibilidade e a qualidade de vida vai além de uma simples adaptação dos lugares, é uma garantia dos direitos e da diversidade humana. A Constituição Brasileira de 1988, no seu Artigo 5º, inciso XV garante o direito de ir e vir, esse direito reforça a importância da acessibilidade para que as pessoas se desloquem com segurança. A acessibilidade se qualifica como a eliminação das barreiras nas vidas das pessoas com deficiência (PCDs).

Quando se promove a acessibilidade contribui diretamente com a melhoria da qualidade de vida das várias pessoas que enfrentam desafios diários (Alves et al., 2023). Por exemplo, em atividade simples, ida ao trabalho, a escolas, locomoção nas ruas, quando esses espaços são adaptados com recursos inclusivos como rampas, calçadas acessíveis, pisos táteis e elevadores, torna-se muito mais prático viver.

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (2006) “esses ambientes acessíveis e políticas públicas de inclusão permite que as pessoas com

deficiência possam desempenhar seus papéis com dignidade e segurança, pois elas usufruem dos mesmos direitos que os demais cidadãos”. Acessibilidade é um direito, que empodera, beneficia e inclui todas as pessoas.

Legislação e direitos das pessoas com deficiências no Brasil

No Brasil e no mundo, a falta de acessibilidade e dos direitos básicos é um problema recorrente que vem desde muito tempo atrás, existem muitas situações que ainda impactam a vida dessas pessoas fazendo com que sofram e se sintam excluídas. Conforme com a Secretaria Geral da Presidência da República (2024), a inclusão social é uma garantia de dignidade e efetivação dos direitos nas diversas esferas sociais refletem em um momento de inclusão.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2022) em suas estatísticas no censo demográfico de 2022, aponta que existem aproximadamente 18,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, representando 8,9 por cento da população. A população brasileira é muito diversificada e com esse resultado é perceptível ver a necessidade de adaptar os espaços para atender as necessidades de todas as pessoas. É importante lembrar sobre a implementação de políticas públicas eficazes para o cumprimento dessas legislações e promover a inclusão social.

Antes das leis, o tratamento jurídico dos cidadãos com deficiência no Brasil era excludente, viam as pessoas como incapazes ou inválidas, até mesmo a presença era limitada a alguns lugares, as pessoas tratavam como carentes, negligenciando a inclusão social e a igualdade de oportunidades. No século XX, as normas legais eram insuficientes e não davam garantia de direito às pessoas com deficiência. O princípio da acessibilidade, de acordo com Metz e Gorczewski (2020) atua como efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, na promoção de inclusão social e garantia da dignidade humana.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência) constitui como lei fundamental para a inclusão social, garantindo e promovendo igualdade, e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. De acordo com Pereira (2024), essas leis representam um momento importante na proteção dos direitos das pessoas com deficiência e na realização da inclusão social no Brasil. Elas representam não apenas avanço legal, mas também um compromisso com a inclusão social.

Por tanto, as lutas para conseguir essas conquistas, em pleno no século XXI, foram intensas, muitas pessoas tiveram que enfrentar grandes desafios e sofrimento para que as

gerações futuras pudessem desfrutar dos seus direitos garantidos hoje documentados na lei. Nesse sentido, o decreto 5.296/2004 surge para regulamentação das Leis n.º 10.048/2000 e n.º 10.098/2000, trazendo normas claras e importantes, que asseguram os direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com objetivo garantir às pessoas com deficiências os direitos à acessibilidade nos espaços e serviços públicos e privados, podendo exercer sua cidadania com segurança, autonomia e dignidade (Brasil, 2000)

Embora possamos ver os avanços das leis, ainda existem muitas barreiras que prejudicam a vida das pessoas com deficiência. Contudo, como aponta Sassaki (2010), a acessibilidade plena ainda é interrompida por barreiras arquitetônicas, na comunicação e atitudes que precisam ser superadas não apenas por força da lei, mas por uma mudança cultural em benefício da inclusão verdadeira e da igualdade social.

Normas de Acessibilidade em espaços públicos

A acessibilidade é vista como direito principal que tem como garantia a participação ativa das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na sociedade. No Brasil existem leis e normas que se comprometem a regularizar e garantir inclusão e igualdade entre as pessoas. Para Sassaki (2010), acessibilidade não pode ser vista apenas como benefício só para as pessoas com deficiência, mas como obrigação e um direito para toda sociedade.

A lei n.º 10.098/2000 e o Decreto número n.º 5.296/2004, são importantes normas brasileiras que tratam sobre acessibilidade nos espaços públicos, estabelece critérios para a eliminação de barreiras nas arquiteturas urbanas, nos transportes e na comunicação. Essas normas recomendam que as calçadas, praças, transportes coletivos e outros espaços públicos sejam adaptados e tragam acesso livre para todas as pessoas. A NBR 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), é um dos documentos que traz bem detalhados medidas para os edifícios, espaços e equipamentos urbanos em razão da acessibilidade (ABNT, 2015).

A NBR 9050/2015 é um documento importante que auxilia na regulamentação onde traz regras claras como questões de instalação de pisos táteis, altura adequada de corrimãos, larguras de rampa e inclinação, vagas reservadas em estacionamentos, banheiros acessíveis e sinalização adequada (ABNT, 2015). Essas regulamentações são importantes para tornar esses lugares acessíveis e seguros para todas as pessoas. Para os autores Palumbo, Rosa e Wermuth (2023), a inclusão de pessoas com deficiência é importante para a garantia plena da cidadania e redução das desigualdades sociais, pensando no respeito à dignidade humana e o reconhecimento das diferenças.

Embora existam muitos avanços nas normatizações, a realidade do dia a dia mostra muitos fracassos em sua implementação. Obstáculos ainda são encontrados como falta de sinalização adequada e ausência de adaptações dos espaços públicos são desafios diários nas cidades brasileiras. Como destaca a Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a acessibilidade é essencial, para que as pessoas com deficiência possam viver de forma independente e participem plenamente da sociedade, devendo ser asseguradas por políticas públicas e do planejamento urbano inclusivo.

Existem vários tipos de acessibilidade, incluindo atitudinal, arquitetônica, metodológica, digital, comunicacional, instrumental, programática e nos transportes (Instituto Inclusão Brasil, 2025). A lei 13.146/2015 no seu Art. 3º reforça a importância de eliminar barreiras e promover uma sociedade mais acessível e inclusiva (Brasil, 2015).

Entre os principais tipos de acessibilidade previstos na legislação, estão a atitudinal, que combate o capacitismo e promove a inclusão social, a arquitetônica é adaptação dos espaços físicos que garante a mobilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a metodológica, envolve a adaptação nas práticas educacionais com foco em atender às necessidades dos alunos com deficiência, como a criação de plataformas digitais, websites e tecnologias acessíveis a pessoas com deficiência, e a comunicacional, garante informações por meio de Libras, materiais em braille, legendas, e audiodescrição. (BRASIL, 2015, Art. 3º, IV)

Além disso, a lei também trata da acessibilidade instrumental, que se relacionada à adaptação de equipamentos e ferramentas, da programática, envolve a implementação de políticas públicas acessíveis, e da acessibilidade nos transportes, que prevê ajustes nos veículos e sistemas de mobilidade. A implementação desses tipos de acessibilidade tem o poder de tornar uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo a participação de todas as pessoas e facilitando o modo de viver, na eliminação das barreiras de impedimentos (Oliveira; Camarini; Guedes, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acessibilidade em espaços públicos de Acarape

As análises feitas nos espaços públicos de Acarape tiveram a intenção de compreender o ambiente se tem estruturas adequadas a todas as demandas sociais. A partir das demandas locais de mobilidade e inclusão social, identificou as principais características físicas dos espaços que têm uso coletivo e grande circulação de pessoas. A acessibilidade urbana, como já

falamos em capítulos anteriores, é mais do que a adaptação dos locais, é um direito de igualdade dos cidadãos.

Ao avaliar os espaços públicos é essencial identificar as barreiras que impedem a acessibilidade, e assim propor soluções para atender as necessidades de todos os públicos. (Santiago; Silva; Assis, 2022). Os resultados foram baseados em registros fotográficos, anotações em campo, aplicação de questionários e a caminhada transversal, que possibilitaram o contato com realidade dos espaços urbanos, onde tive a oportunidade de analisar de forma sensível e crítica os ambientes.

Essa metodologia, definida por Sampieri, Collado e Lucio (2013) diz que é um método de pesquisa qualitativa, utilizada para identificar padrões, e características em relação à população. Os espaços selecionados para a análise foram pontos importantes da cidade, praças, calçadas, prédios públicos, a relevância da escolha desses lugares foi por conta da grande circulação de pessoas e fazer parte da rotina diária. A seguir será apresentada a caminhada transversal como um método descritivo dos trechos que foram percorridos e observados em relação à acessibilidade dos espaços.

Caminhada Transversal em Acarape

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), o estudo transversal é um método de pesquisa qualitativa utilizado para identificar padrões, características e relações dentro de uma população específica. O estudo transversal é um método de pesquisa que irá observar e analisar os espaços, a partir dessa experiência no ambiente que irá ser estudado. Essa abordagem, embora frequentemente associada à pesquisa quantitativa, pode ser utilizada em contextos qualitativos, principalmente quando o objetivo é compreender as questões a partir da experiência vividas, como a observação dos aspectos analisados em um momento.

A caminhada transversal é um meio de investigação, que sugere a visualização da cidade por meio do deslocamento da pesquisadora nos espaços públicos importantes, como praças, hospitais e prédios públicos. Em estudos recentes, de acordo com Cazumba (2024), a caminhada urbana pode ser utilizada como meio para analisar os espaços urbanos, o principal foco é a acessibilidade, que se inicia pela observação direta e pelo uso das tecnologias.

Essa prática se relaciona com a ideia de Mendonça (2021), que considera o caminhar como meio de interpretar os espaços, influenciados por aspectos sociais e culturais, sendo especialmente influenciado pelas condições de acessibilidade e infraestrutura das cidades. Além disso, Almeida, Hardt e Hardt (2024) afirmam que ao analisar as calçadas conforme as normas

brasileira regulamentação NBR 9050 (2020), não identifica apenas as barreiras físicas, também analisa as condições de inclusão e desigualdades de acesso aos espaços urbanos. A partir dessa análise, a caminhada transversal, como sugestão metodológica, reflexiva e crítica, permite uma investigação aprofundada da cidade dos espaços, se são inclusivos ou excluem uma parte da sociedade.

Durante a realização da caminhada transversal no município de Acarape, foram registrados alguns pontos específicos da cidade, com o objetivo de analisar as condições dos espaços públicos conforme as normas brasileiras de acessibilidade NBR 9050. Os locais observados e fotografados são da praça municipal, praça do paço municipal, hospital municipal, paradas de ônibus e calçadas. A seguir, são apresentadas as fotografias capturadas ao longo do trajeto, acompanhadas de uma descrição e reflexão sobre cada local observado.

Figura 1- Praça central de Acarape (CE)



Fonte: Elaborado pela autora 2025

A praça central de Acarape é localizada no centro da cidade, próxima a estabelecimentos comerciais, igrejas, escolas e prédios públicos. O tamanho da praça tem dimensões medianas, e conta com bancos, lixeiras, postes de iluminação, parquinhos, campinho de futebol e academia popular, antes da última reforma era um lugar arborizado, porém agora existe a presença de poucas árvores. Apesar da presença de equipamentos básicos, foram identificados problemas com rampas de acesso, existe um número inadequado, pois não é por todo o lugar que é possível subir. O local é limpo, existe um cuidado com a limpeza do local por parte da gestão municipal.

A praça é utilizada com frequência por todos os moradores de todas as idades, incluindo crianças, adultos e idosos, que vão para fazer atividades físicas ou por lazer. O estado de conservação impacta a vida das pessoas de forma direta em relação à mobilidade das pessoas com deficiência.

A figura 1 é a composição de quatro fotografias registradas durante a caminhada transversal, destacando a ausência de infraestrutura adequada conforme a NBR 9050:2020. A praça central de Acarape é um espaço bastante frequentado pelos cidadãos, principalmente nos fins de tarde. Embora a praça seja recém reformada, observei que na sua reforma de imediato não tinha pontos com acessibilidade como espaços com rampas de acesso. A reforma de imediato não considerou a instalação de rampas que só foram acrescentadas posteriormente. No momento só existem duas em toda praça. Além da insuficiência das rampas, nota-se a falta de piso tátil direcional e de alerta. A ausência desses elementos essenciais para a acessibilidade urbana, torna o ambiente inadequado e não consegue atender aos critérios de acessibilidade exigidos pela NBR 9050:2020.

Figura 2- Acessibilidade na Praça do Paço Municipal em Acarape (CE)



Fonte: Elaborado pela autora 2025

A praça do paço municipal situada no centro da cidade, fica em frente ao prédio administrativo da prefeitura municipal de Acarape -CE, o local de estrutura simples, com bancos, lixeiras, tem boa iluminação e não existe a presença de árvores no local apenas grama. Apesar do local ser de grande circulação, principalmente em expedientes da prefeitura e eventos cívicos, a praça apresenta limitações em termos de acessibilidade, como a ausência de rampas de acesso e outros meios básicos.

A Figura 2 mostra a Praça do Paço Municipal localizada em frente à sede da prefeitura e é um espaço de grande circulação de moradores e servidores públicos. Apesar desse local ser

importante para o transitar, é possível observar barreiras arquitetônicas que comprometem o direito de acesso aos cidadãos.

O local possui uma área desnivelada, existem canteiros, bancos que dão acesso ao prédio. Embora seja uma área importante da cidade, foi possível identificar apenas uma rampa de acesso que tem uma inclinação que dificulta o acesso para cadeirantes, além disso, não há piso tátil para orientar pessoas com deficiência visual, e nem sinalizações adequadas. Contrariando as normas técnicas estabelecidas pela NBR 9050:2020.

O hospital municipal de Acarape-CE, é um Unidade Básica de saúde que presta atendimentos simples e fica localizado em um bairro da cidade que se chama São Francisco. Apesar do local ser limpo, apresenta sinais de desgaste estrutural. O acesso ao local mostra a presença de rampas com inclinações inadequadas, ausência de corrimões, pisos táteis e sinalizações. No interior, os corredores são estreitos e algumas portas dificultam o acesso de cadeiras de rodas. A unidade básica conta com consultórios médicos, sala de enfermagem, recepção e banheiros. O fluxo de atendimento é constate em todos os horários.

A Figura 3 apresenta duas fotografias que mostram as duas entradas do hospital municipal de Acarape, destacando duas rampas de acesso construídas sob inclinações do próprio terreno, que resulta em algo extremamente difícil para cadeirantes. Além da inclinação, existem outros fatores que contribuem para essa falta de acessibilidade, ausência de corrimões bilaterais ao longo da extensão da rampa, falta de sinalização tátil para orientar pessoas com deficiência visual.

Figura 3- Entradas do Hospital Municipal de Acarape (CE)



Fonte: Elaborado pela autora 2025

Onde são recursos obrigatórios para a segurança e apoio para as pessoas com mobilidade reduzida, dificultando o acesso aos serviços de saúde pública e contrária aos direitos fundamentais da acessibilidade.

Figura 4- Condições de calçadas e vias urbanas no município de Acarape (CE)



Fonte: Elaborado pela autora 2025

A Figura 4 apresenta uma composição de quatro fotografias que mostram as condições das calçadas e ruas do município de Acarape. Os critérios estabelecidos pela NBR 9050:2020, faz com que sejam observadas graves barreiras que afetam a mobilidade e a acessibilidade. Nas fotos, é possível identificar as alturas e a irregularidade entre as calçadas, muitos obstáculos, como postes, degraus e motocicletas estacionadas sobre as calçadas. Outro fator crítico são os pisos feitos de cerâmica lisa, em dias de chuva aumenta o risco de escorregamento.

O seguinte ponto analisado é o avanço das casas sobre as calçadas, reduzindo e eliminando a largura mínima exigida de 1,20 metros. As consequências dessas inadequações são mostradas na imagem superior esquerda, onde um cadeirante é visto transitando pelo meio da rua, colocando sua segurança em risco por não ter condições de utilizar as calçadas.

A figura 5 apresenta as condições da parada de ônibus em Acarape. Conforme os critérios da NBR 9050:2020, observa que existem a ausência de elementos fundamentais que garantem a acessibilidade no local. É possível identificar a ausência de sinalização tátil no piso, ausência de faixas de pedestres, que impedem de fazer travessia segura, meio fio com elevação dificultando cadeirantes subir para esperar o transporte em segurança. Essas falhas contribuem negativamente e contrariam a lei.

Figura 5- Parada de ônibus no município de Acarape (CE)



Fonte: Elaborado pela autora 2025

A caminhada transversal foi significativa para analisar e conhecer a realidade das pessoas em relação à acessibilidade no município de Acarape, e poder notar a ausência de elementos básicos de acessibilidade que comprometem o direito de ir e vir das pessoas com deficiência. A caminhada transversal ou urbana faz com que exista uma análise reflexiva sobre a acessibilidade local, e destaca pontos e lugares importantes que se não forem bem planejados comprometem vidas.

Como destacam Cazumba (2024) e Mendonça (2021), a convivência com os espaços urbanos por meio da caminhada mostra as dificuldades e as boas realizações encontradas dos territórios, permitindo também que a pesquisadora, nativa e moradora da cidade, se aproxime com um olhar crítico das realidades sociais vivenciadas cotidianamente. Embora existam várias reformas e projetos, parece que a acessibilidade não é prioridade e não seguem os critérios exigidos pela NBR 9050:2020. A caminhada transversal traz mais que uma reflexão dos lugares, mostra a realidade e as barreiras de impedimentos, e a urgência de políticas públicas eficazes para esses grupos sociais.

Experiências de Cidadãs e Cidadãos Acarapenses na acessibilidade Urbana

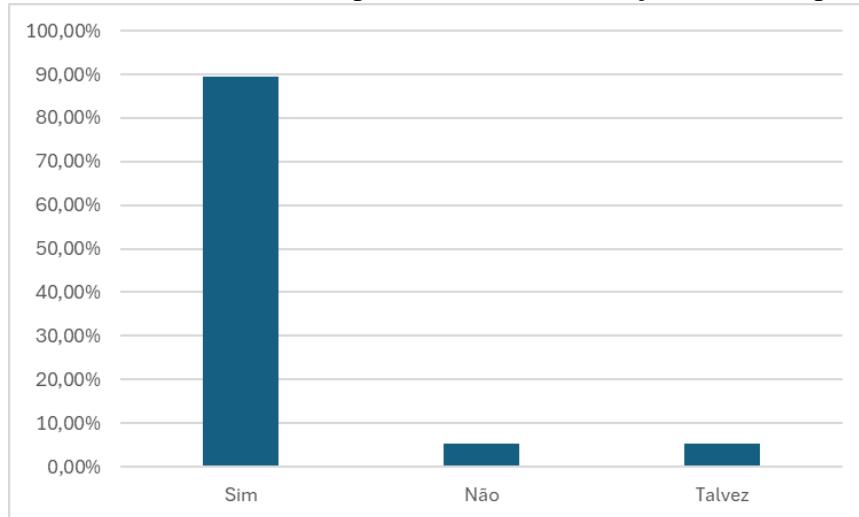
Neste capítulo serão expostos os dados obtidos na pesquisa através da aplicação de questionários aos cidadãos acarapenses, com a análise correspondente a esses resultados.

Para chegar ao foco principal da pesquisa que foi analisar os desafios das pessoas com deficiência referente à acessibilidade urbana do município de Acarape, tivemos a participação de 19 participantes, dos quais 79% (15 pessoas) se identificaram como do gênero feminino e 21% (4 pessoas) como do gênero masculino. A faixa etária dos participantes variou entre 18 e 44 anos, o que sugere um público diversificado de jovens e adultos, uma faixa etária que utiliza com frequência os espaços urbanos.

Quanto aos participantes com algum tipo de deficiência, 26% (5 pessoas) afirmaram possuir algum tipo de deficiência, enquanto 74% (14 pessoas) não possuem. Isso mostra a necessidade de pensar em acessibilidade não apenas para pessoas com deficiência, mas para todos os cidadãos, como destacam Sassaki (2010) e Alves et al. (2023), ao afirmarem que acessibilidade deve ser vista como um direito coletivo e um benefício para toda a sociedade.

O questionário foi enviado aos moradores de Acarape através das redes sociais como WhatsApp, Instagram e Email. O questionário foi exclusivo para moradores de Acarape com algum vínculo com a pesquisadora. Assim, 89% (17 pessoas) relataram serem moradores do município, o que autentica o foco principal da pesquisa. Ao serem questionados sobre a qualidade das calçadas, 95% (18 pessoas) avaliaram como ruins, enquanto apenas 5% (1 pessoa) consideraram boas.

Gráfico 1- Dificuldade para Transitar nas Calçadas – Acarape



Fonte: Elaborado pela autora 2025

No gráfico 1 ilustra o resultado de 19 entrevistados ao questionar sobre as dificuldades de transitar nas ruas e calçadas do município de Acarape obtiveram as seguintes respostas 90% (17 pessoas) afirmaram que sim encontra dificuldade de transitar nas calçadas, 5% (1 pessoa) disseram que não e 5% (1 pessoa) responderam talvez. Esse resultado demonstra uma recorrência comum quanto à presença de barreiras nos espaços urbanos. As principais

dificuldades relatadas incluem calçadas irregulares, faltas de rampas de acesso, ausência de sinalização tátil, ausência de faixas de pedestres, e obstáculos nas calçadas. Este dado é preocupante, visto que o próprio município impõe barreiras à inclusão, como relatado por Botelho e Lenzi (2024), ao mostrarem que a limitação dos ambientes é uma das formas mais visíveis de exclusão social.

Para compreender as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência em relação à acessibilidade urbana, os participantes responderam ao questionário com base nas experiências cotidianas. As respostas evidenciam os problemas mais recorrentes nas calçadas da cidade, os quais estão representados no Quadro 1.

Quadro 1. Problemas enfrentados por pessoas com deficiência nas calçadas Acarape, 2025

Problemas enfrentados	Número absoluto ¹	Percentual (%)
Calçadas irregulares	18	95
Falta de rampas de acesso	17	90
Ausência de sinalização tátil	16	84
Ausência de faixa de pedestres	16	84
Obstáculos nas calçadas	1	5

Fonte: Elaborado pela autora 2025

Esses dados demonstram a realidade descrita por Alves et al. (2023), que destaca a importância de pisos táteis, calçadas acessíveis e rampas como elementos fundamentais para a inclusão urbana.

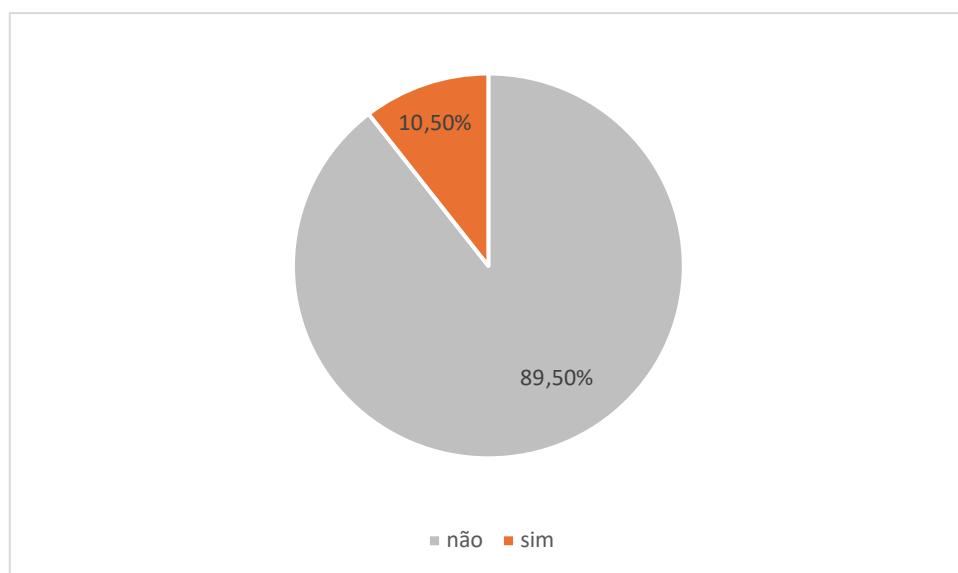
Ao serem questionados quanto à acessibilidade do transporte público, apenas 16% (3 pessoas) responderam, sim, enquanto 74% (14 pessoas) disseram não e 10% (2 pessoas) afirmaram talvez. Isso demonstra como uma falha na estrutura que impede a mobilidade das pessoas com deficiência, limitando o acesso aos transportes.

Quanto à existência de espaços públicos adaptados em Acarape obtiveram-se as seguintes respostas, 80% (15 pessoas) responderam que não, 10% (2 pessoas) disseram que sim, e 10% (2 pessoas) afirmaram talvez. Isso mostra uma visão coletiva das pessoas ao observarem a falta de espaços adaptados no ambiente urbano, reforçando a crítica de Botelho e Lenzi (2024) sobre a responsabilidade coletiva na promoção da acessibilidade.

O Gráfico 2 ilustra sobre acessibilidade e o resultado foi que os entrevistados responderam, 90% (17 pessoas) disseram não conhecer nenhuma ação em Acarape e 10% (2

pessoas) disseram que sim, conhecem políticas públicas em relação à acessibilidade, o que reforça a falta de divulgação ou efetivação dessas políticas.

Gráfico 2- Conhecimento de políticas pública voltadas acessibilidades



Fonte: Elaborado pela autora 2025.

Sobre possíveis iniciativas de melhoria da acessibilidade por parte do poder público, 42% (8 pessoas) afirmaram que não sabem, 42% (8 pessoas) disseram que não houve nenhuma melhoria e apenas 16% (3 pessoas) responderam que sim. Esses dados demonstram uma falha de abandono e invisibilidade nas melhorias de acessibilidade no município.

Quanto ao investimento da gestão municipal em acessibilidade, 90% (17 pessoas) acreditam que a prefeitura não tem investido o suficiente, e 10% (2 pessoas) responderam talvez. Os dados revelam urgência de políticas públicas ativas e fiscalizações que garantam o cumprimento das normas de acessibilidade.

Ao ser relatado os problemas enfrentados, os participantes que responderam ao questionário também foram convidados a sugerir possíveis melhorias para a acessibilidade urbana no município de Acaraí-CE conforme as suas observações. As sugestões selecionadas refletem a percepção da população sobre as ações que poderiam promover inclusão e melhoria na qualidade de vida para pessoas com deficiência. O Quadro 2 apresenta as principais contribuições dos respondentes.

Quadro 2: Sugestões da população para melhorias na acessibilidade³

Sugestões da população para melhorias na acessibilidade	
1	Calçadas niveladas, mais rampas de acesso e iluminação.
2	Ruas, calçadas e fiscalização do trânsito respeitando sempre o espaço de cada pessoa.
3	Sinalização faixas de pedestre e o nivelamento das calçadas
4	Pisos tátil e sinalização.
5	Corrimãos, calçamento apropriado, praças com fácil acesso.

Fonte: Elaborado pela autora 2025

O quadro 2 mostra o resultado de sugestões de melhoria, os relatos qualitativos mostram essa urgência de políticas públicas de melhorias. Os participantes sugeriram ações importantes e de fácil acesso como faixas de pedestres, calçadas niveladas, rampas de acesso, pisos táteis, iluminação adequada, pavimentação, e campanhas de conscientização. Além disso, foram destacados a insegurança de andar nas ruas por medo de atropelamentos, principalmente em vias sem sinalização.

Quanto à consciência da população sobre acessibilidade urbana, 85% (16 pessoas) acreditam que não há consciência, 10% (2 pessoas) disseram talvez, e apenas 5% (1 pessoa) responderam que sim. Isso demonstra que não apenas a estrutura afeta, mas também a cultural e a educação fazem parte desse processo de conscientização fazendo com que exista uma falta de conhecimento e compreensão da sociedade sobre o tema, que impede de desenvolver uma cultura inclusiva e soluções aos problemas estruturais em relação à acessibilidade.

Por fim, ao serem perguntados sobre a importância da participação da comunidade nas discussões sobre acessibilidade, 100% (19 pessoas) dos participantes responderam que sim, ao analisar esses pontos mostrou que participação da comunidade é essencial quando o assunto é acessibilidade urbana comprovando o desejo coletivo por transformações e inclusão social.

A pesquisa realizada no município de Acaraí revelou que os principais obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência em relação à mobilidade urbana estão ligados à falta de infraestrutura adequada nos espaços públicos. As principais dificuldades identificadas incluem a insuficiência de rampas de acesso, ausência de piso tátil direcional e de alerta, inclinações inadequadas nas rampas existentes, falta de corrimãos, sinalização ineficiente, além de calçadas irregulares e obstruídas por postes, degraus e veículos estacionados. Também se observou a ausência de adaptações necessárias em pontos estratégicos como praças, hospitais, paradas de ônibus e calçadas de grande circulação. Essas inadequações comprometem

³ Essas frases são reproduções das respostas dos entrevistados.

diretamente o direito de ir e vir das pessoas com deficiência, colocando em risco sua segurança, autonomia e participação plena na vida urbana.

Embora existam políticas públicas que visam promover a inclusão, a pesquisa demonstra que muitas vezes as obras e reformas realizadas no município não seguem os padrões técnicos estabelecidos pela NBR 9050:2020, o que evidencia a necessidade de maior fiscalização e compromisso na implementação dessas normas.

Como oportunidade de melhoria, destaca-se a necessidade de investimentos em acessibilidade de forma integrada, planejada e efetivamente fiscalizada, com a adoção rigorosa das normas técnicas desde o início dos projetos urbanos. Além disso, a realização de campanhas de conscientização junto à sociedade e aos gestores públicos é essencial para fortalecer a cultura da inclusão. Propostas como a criação de um plano municipal de acessibilidade, a capacitação dos servidores públicos, a readequação de calçadas, praças, prédios públicos e paradas de transporte, bem como a promoção de consultas públicas com a participação de pessoas com deficiência, surgem como caminhos viáveis para transformar Acarape em uma cidade mais inclusiva.

Assim, torna-se claro que garantir a acessibilidade não é apenas uma questão de infraestrutura, mas de respeito aos direitos humanos, de inclusão social e de promoção da igualdade. Avançar na implementação de políticas públicas eficazes e no cumprimento da legislação vigente permitirá melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas com deficiência em Acarape, promovendo uma cidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo central analisar a acessibilidade urbana no município de Acarape, com foco nos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência do dia a dia nos espaços públicos do município de Acarape. Por meio de uma abordagem qualitativa, combinou levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários aplicados aos moradores do município e da caminhada transversal, que permitiu compreender a realidade local, um cenário de exclusão que ainda se apresenta na cidade.

Os resultados demonstraram a existência de várias barreiras sendo elas físicas, atitudinais, e estruturais que limitam o transitar nos espaços públicos de Acarape, sendo elas calçadas irregulares, ausências de rampas adequadas, ausência de sinalização tátil, e faixas de pedestres essas ações fazem com que seja contrariada as normas estabelecidas pela NBR 9050:2020, mostrando a realidade que está distante do que está previsto na lei. A população

entrevistada reforça essa problemática. A maioria dos entrevistados aponta a precariedade das calçadas, a estrutura dos prédios públicos que não são de acordo com acessibilidade, são fatores que geram a exclusão social, a insegurança de estar em locais públicos.

Os dados coletados mostram ausência de políticas públicas eficazes voltadas à promoção da acessibilidade urbana, como falta de conhecimento e a divulgação das ações. Dessa forma, conclui-se que a acessibilidade urbana ela deve ser um projeto contínuo que envolve vários aspectos como a educação, gestão pública comprometida, tanto no planejamento como na fiscalização das políticas públicas eficientes.

É importante ser destacado que a acessibilidade urbana não é benefício exclusivo só das pessoas com deficiência, mas sim uma condição para as construções das cidades mais humanizadas, sustentáveis e inclusivas. Garantindo que todos os cidadãos, independentes das suas limitações, exerçam plenamente a sua cidadania, sendo um passo fundamental na igualdade de oportunidades.

Espera-se que os dados e as análises produzidas desse trabalho, possam contribuir positivamente para os gestores públicos e profissionais da administração pública. Como proposta e ações que tornem a cidade de Acarape como uma cidade inclusiva e respeitosa aos direitos dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rafaela Aparecida de; HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. **Calçadas como lugares de socialização:** equidade urbana para pessoas com mobilidade reduzida. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 727–755, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/DjPCQTJJSPqFzwfmFnz4HWp/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ALVES, Carlos Eduardo de Aguiar et al. A acessibilidade como um direito fundamental. **Revista F&T**, v. 27, n. 121, p. 1–15, abr. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-acessibilidade-como-um-direito-fundamental/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

AVALIAÇÃO dos níveis de acessibilidade em vias públicas. **Ambiente:** Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 54–60, 2022. DOI: 10.24979/ambiente. v15i2.1126. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1126>. Acesso em: 08 mar. 2025.

BOTELHO, Luanda Chaves; LENZI, Maira Bonna. **Trajetória da identificação das pessoas com deficiência no Brasil:** uma análise das pesquisas domiciliares do IBGE. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 11, e03932024, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2024.v29n11/e03932024/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicacomilado.htm. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 5º, inciso XV. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. O que é acessibilidade? Brasília: Ministério das Cidades, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntasfrequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/7-o-que-e-acessibilidade>. Acesso em: 11 mar. 2025.

1. BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Participação social deve potencializar políticas para pessoas com deficiência. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/maio/participacao-social-deve-potencializar-politicas-para-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 12 mar. 2025.

2. BRASIL. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CAZUMBA, Marília. A caminhabilidade urbana e o uso de imagens de nível da rua para o mapeamento da acessibilidade. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40682>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DIAS, Francine de Souza; MOREIRA, Martha Cristina Nunes; SILVA, Lenir Nascimento da. Capacitismo e as barreiras estruturais à inclusão social das pessoas com deficiência. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 6, 2023. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2023.v39n6/e00068723/pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

GOMES, Eduardo. Acessibilidade e inclusão para estudantes com deficiência na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). 2021. 34 f. Projeto de pesquisa (Graduação em Bacharelado em Humanidades) – Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2762>. Acesso em: 25 mai. 2024.

GORCZEWSKI, Clóvis; METZ, Lisandra Inês. O princípio da acessibilidade como ferramenta concretizadora dos direitos das pessoas com deficiência: um estudo baseado

na Convenção sobre Pessoas com Deficiência/2007 e na Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência/2015. Anais do Congresso de Direito, Desenvolvimento e Cidadania da UNESC, *Criciúma*, n. 6, p. 1–17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/5845>. Acesso em: 15 mar. 2025.

OLIVEIRA, Jaqueslei Delfino de; CAMARINI, Gladis; GUEDES, Luiz Carlos Vieira. **Acessibilidade e desenho universal:** uma abordagem para promover a inclusão social nos espaços públicos e privados. In: Anais do Congresso Internacional Grupo Unis. Varginha: Unis MG, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/cigu/631605-acessibilidadee-desenho-universal--uma-abordagem-para-promover-a-inclusao-social-nos-espacospublicos-e-privados/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO PARA CIDADES (ITDP BRASIL). **Acesso para pessoas com deficiência em áreas urbanas.** 2023. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2023/10/Acesso-para-pessoas-com-deficienciaem-areas-urbanas.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. **Tipos de acessibilidade.** Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MENDONÇA, Maria de Fátima da Silva. **O caminhar como modo de mobilidade urbana: experiências e percepções na cidade de Maceió.** 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8817>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NÔGA, Álvaro Alves; KOVÁCS, Ronaldo José; MENDES, Ricardo de Oliveira. **O novo conceito de pessoa com deficiência:** da definição médica à abordagem biopsicossocial. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/213401>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NUNES, L.; SILVA, M. **Acessibilidade e cidadania: desafios urbanos para pessoas com deficiência.** 2. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo.** Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-portuguese.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

POLITIZE. *A história dos direitos das pessoas com deficiência.* 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Eniceá Gonçalves. Maio de 68 e o modelo social da deficiência: notas sobre protagonismo e ativismo social. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 35, e40, p. 1–21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65328/49428>. Acesso em: 21 abr. 2025.

3. PELLI PALUMBO, Lívia; FLECK DA ROSA, Stéphani; ÂNGELO DEZORDI WERMUTH, Maiquel. **A dignidade humana e a inclusão da pessoa com deficiência como exercício da cidadania e redução das desigualdades (ODS 10).** *Salão do Conhecimento*, [S. l.], v. 9, n. 9,

2023. Disponível em:

<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/24450>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PEREIRA, Marília Silva. **Lei 7.611/2011 e 13.146/2015: a inclusão social das pessoas com deficiência e a garantia dos direitos fundamentais.** *Jus Brasil*, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-7611-2011-e-13146-2015/2918068987>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodología de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SANTOS, Francisco Manoel Martins dos; LIMA, Lisane Marques; LIMA, Rosana Marques. **O acesso de pessoas surdas às políticas públicas no município de Guaiuba. 2016.**

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/460>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVESTRE, Cleiver Elieth Ventura. **Políticas públicas para pessoas com deficiência: estudo comparativo Angola e Brasil.** 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Administração Pública) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1037>. Acesso em: 15 mai. 2024.

APÊNDICE

Apêndice A

Questionário para levantamento de dados sobre acessibilidade urbana para pessoas com deficiência em Acarape.

1. Qual a sua idade?

2. Qual o seu gênero?

() Masculino () Feminino () Outro

3. Você possui alguma deficiência?

() Sim, qual? () Não

4. Você reside no município de Acarape?

() Sim () Não

5. Qual o seu grau de escolaridade?

() Ensino fundamental

() Ensino médio

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

6. Como você avalia a qualidade das calçadas em Acarape?

() Boa () Regular () Ruim

7. Você encontra dificuldades para transitar nas ruas e calçadas da cidade?

() Sim () Não

8. Quais são os principais problemas enfrentados? (Marque todos que se aplicam)

o () Calçadas irregulares

- () Falta de rampas de acesso
- () Ausência de sinalização tátil
- () Ausência de faixas de pedestres
- () Outros. Quais?

9. Você considera o transporte público acessível para pessoas com deficiência? () Sim () Não () Em parte

10. Existem espaços públicos em Acarape adaptados para pessoas com deficiência? () Sim () Não () Poucos

11. Você tem conhecimento de alguma política pública em Acarape voltada para a acessibilidade? () Sim () Não

12. Se sim, você considera essa política eficaz? Por quê?

13. Existe alguma iniciativa do poder público de Acarape que tenha melhorado a acessibilidade recentemente? () Sim () Não () Não sei

14. Na sua opinião, a gestão municipal tem investido o suficiente em acessibilidade urbana? () Sim () Não () Não sei

15. Quais ações você acredita que deveriam ser priorizadas para melhorar a acessibilidade em Acarape?

16. Você acredita que a população está consciente sobre a importância da acessibilidade urbana? () Sim () Não () Talvez

17. Quais mudanças imediatas você considera essenciais para melhorar a mobilidade das pessoas com deficiência em Acarape?

18. Como você avalia o atendimento de serviços públicos (saúde, educação, lazer) em relação à acessibilidade? () Bom () Regular () Ruim

19. Você acredita que a participação da comunidade é essencial para discutir melhorias em acessibilidade? () Sim () Não () Não sei

20. Deixe aqui alguma sugestão para tornar Acarape uma cidade mais acessível e inclusiva: